

ATA N.º 11/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2015. -----

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT).

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, Maria do Céu Rodrigues Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 09 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 05 de junho de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 363,674,16 €

ATAS:

O Sr. Presidente informou que vinha para aprovação a ata n.º 10 de 2015, de 25/05/2015 pondo a mesma à discussão.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar relativamente à ata propõe algumas alterações.

O Sr. Vereador Francisco Cunha sugere também algumas alterações na redação da ata, e refere que considera que a ata está de alguma forma sucinta, não se percebendo por vezes o sentido das intervenções.

Posta à votação a ata foi aprovada por unanimidade com as devidas alterações.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente deu início a este período,

O Sr. Vereador Pedro Gaspar inicia a sua intervenção questionando quem é o responsável técnico das Piscinas Municipais, se todos os planos de segurança estão devidamente fixados e nos locais próprios, se a Câmara tem os dados da taxa de ocupação do ano 2014 para esta infraestrutura, e se vão ser contratados recursos humanos na área de socorros a náufragos. E sugere que seja viabilizado acesso livre nesta infraestrutura para as crianças do CAT e crianças com mais dificuldades financeiras.

Relativamente à Barragem e reportando-se à ata da reunião anterior, sublinha que o Sr. Presidente referiu que os problemas da barragem começaram no final dos anos 90, facto que considera curioso pois coincide exactamente com a entrada do PS no poder. Afirmar mesmo que com a entrada do PS na Câmara Alpiarça começou a florescer a vários níveis. E que desde 2009 para cá tudo se tem agravado nesta terra, e que Alpiarça está a definhar sendo a eutrofização da Barragem apenas um exemplo disso. Afirmar ainda que a CDU enquanto oposição fez questão de agarrar num peixe morto e chamar a comunicação social para dizer que estávamos perante uma tragédia, no entanto agora desde que a CDU está no poder estamos muito pior. Volta a questionar relativamente às soluções para a Barragem, qual a solução que custa 30.000€ e qual a intervenção que custa 250.000€.

Questiona também como é que é feita a recolha dos peixes mortos e se os técnicos que o fazem se encontram devidamente protegidos, como é feito o transporte dos peixes, para onde e em que condições é feita.

Refere ainda que no ano passado segundo as palavras do Sr. Presidente o espelho de água da Barragem tinha qualidade balnear, e que a oposição queria denegrir a imagem de Alpiarça e que agora perante esta situação o Sr. Presidente ainda está a pensar em fazer a candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio, considera que o Executivo não sabe o que está a fazer pois há um ano disseram que estavam a falar com o Fluvial de Mora com a Universidade de Aveiro, com a APA e com outras entidades, e ainda não há resultados.

Considera que a Oposição tem sido tratada de uma forma retorcida, como ignorantes e que não percebem nada de Gestão Autárquica. Não sendo verdade, apresenta alguns exemplos,

1. Perguntou se os funcionários não deveriam ser convocados para uma entrevista presencial que o SIADAP obriga para efeitos de avaliação. Considera que a resposta que obteve são bogalhos, pois só lhe foi dito que a lei estava a ser cumprida. Considera que as avaliações são feitas de acordo com a cor política, facto que degrada as condições de trabalho, assim como as condições de dignidade pessoal e profissional de homens e mulheres desta casa .

2. Sobre o Duatlo de dia 31 de Maio. Na primeira vez que abordou o assunto, considera que foi enxovalhado e ridicularizado, pois estava-se a fazer todos os esforços e esta era uma prioridade para o Concelho. Questiona, como é que se fizeram todos os esforços e agora afinal chutou-se para canto e lá para a frente esta actividade. Questiona se vai haver ou não em Alpiarça uma prova deste tipo de projecção Nacional como havia sido prometido.

3. Quanto à recolha de lixo e limpeza urbana, mais um assunto em que lhe disseram que era mais

um assunto que ele não sabia do que estava a falar. Informa que foi contactado por um munícipe do Casalinho e verificou que só a rua principal estava limpa, todas as outras estavam miseráveis.

Questiona qual é de facto o caminho para este executivo.

Termina afirmando, que quando se fala de investimento e de promoção do Concelho, da captação de empresas, lamenta que num mapa turístico do Jornal Expresso relativo ao Ribatejo no qual são apresentados espelhos de água, sítios para comer, museus e reservas de cavalos e não vem mencionado nenhum local do concelho.

O Sr. Vereador Francisco Cunha inicia a sua intervenção deixando uma mensagem de apoio à Família da Filipa Avelino, informa que o Pai da Filipa Avelino foi um grande amigo seu, e o seu avô foi a pessoa que mais tempo esteve preso no antigo Regime, sendo uma família para a qual as coisas têm sido muito más.

Relativamente à Barragem, afirma que a população está alarmada e não entende o porquê do Sr. Presidente partilhar fotografias da barragem como se fosse um oásis e as águas fossem limpas, considera que neste momento o Sr. Presidente deveria ter algum recato em promover aquele espaço.

Questiona também o que é feito aos peixes mortos, se são enterrados ou incinerados.

Pergunta o porquê de não serem colocados avisos a informar a população e os visitantes de qual é o problema da Barragem. E questiona se a oxigenação através dos jatos de água não serão nocivas para a saúde.

Relativamente aos valores dos investimentos dos 30.000€ e os 250.000€ questiona a que soluções se referem esses valores.

Afirma ainda que na reunião anterior o Sr. Presidente comprometeu-se em informar a população relativamente ao problema da Barragem e já passaram duas semanas e não viu nenhuma informação.

Informa que solicitou o mapa de pessoal e o conteúdo funcional dos funcionários. Afirma ainda que o executivo obriga os funcionários a exercerem funções que não estão de acordo com o seu conteúdo funcional.

Afirma ainda que nos serviços exteriores existem mais encarregados do que funcionários e que existem encarregados só com um funcionário a seu cargo, pelo que quando o funcionário falta, não se sabe o que o encarregado faz.

Relativamente ao Bar das Piscinas, o que se sabe é que o concessionário nunca pagou a renda e que a Autarquia tomou para si o Bar e nunca mais fez nada.

Em relação ao Parque de Campismo afirma que recebeu uma conta corrente fabricada, e como tal continua sem saber qual a conta corrente, que rendas estão por pagar.

Relativamente à limpeza das fossas, afirma que o Sr. Presidente iria falar com as Águas do Ribatejo por forma a ajudar as pessoas e no entanto não falou com ninguém.

Relativamente à Agro Alpiarça, afirma que era bom que o executivo mostrasse as cópias dos arrendamentos. Gostaria de saber dos milhões que têm resultado da exploração das terras dos beneméritos de da Agro Alpiarça, que ninguém sabe para onde vão.

Relativamente aos processo em tribunal, há mais de um ano que solicitou informações sobre os processos, indicação das partes, o valor dos processos e quais as decisões que já estão conhecidas e ainda não obteve resposta.

Quanto ao desaparecimento dos Legados, acredita que o mesmo desapareceu e já não está nas fichas dos legados.

Intervém ainda para afirmar que o Sr. Presidente deveria tomar uma posição relativamente aos aumentos na ARPICA, uma vez que também toma posições relativamente a empresas privadas.

O Sr. Presidente procurando responder às questões colocadas, relativamente à Barragem afirma que falou dos finais dos anos 90 uma vez que as primeiras análises são desta altura, sendo até os primeiros relatórios do tempo da Gestão da CDU.

Quanto às intervenções da CDU enquanto oposição relativamente a peixes mortos, informa que essa peça que apareceu na televisão em 2009 teve a ver com a Vala Real, e não com a Barragem. E que o tema foi abordado em reunião de Câmara, tendo sido sempre negada a proveniência da descarga.

Relativamente aos valores para as intervenções para a Barragem, informa que essas informações foram dadas em termos gerais, refere que estamos a falar de verbas candidatas a financiamentos exteriores pois a Câmara não tem capacidade financeira para disponibilizar essas verbas. E que já foi apresentada uma candidatura para limpeza das áreas limítrofes da barragem ao Fundo de Recuperação dos Recursos Hídricos de cerca de 30,000€, e uma vez que as águas são paradas considera que este problema irá acontecer ciclicamente. E que existe uma perspetiva de uma solução a médio prazo dos 250,000€ e que se refere a uma solução de dragagem do fundo.

Afirma que todos os dias são injetados muitos metros cúbicos de água fresca no espelho de água, é feita uma limpeza quase diária das margens e os peixes retirados estão a ser enterrados.

Considera absurda a afirmação de que os Funcionários são avaliados de acordo com a sua cor política, considera que a sua intervenção é mais abrangente do que o apresentado pelo Sr.

Vereador Pedro Gaspar e disponibiliza os processos de avaliação para que os Sr.s Vereadores da Oposição verifiquem as notas dos Funcionários.

Relativamente ao Duatlo, afirma que o assunto já foi devidamente explicado pelo Sr. Vereador João Arraiolos.

Relativamente à promoção turística do Concelho, informa que ainda esta quinta-feira, deu uma entrevista ao Público sobre o concelho. Informa que esta promoção é feita com os meios disponíveis.

Considera a intervenção do Sr. Vereador Francisco Cunha teve um tom meramente provocatório, e que tudo o que o Vereador Francisco Cunha diz é mentira.

Afirma ainda que faz todo o sentido a mensagem de apoio à família da Filipa Avelino.

Considera que alguns dos assuntos expostos de forma provocatória e ofensiva até são importantes, no entanto a forma como são expostos não merecem resposta.

Quanto à recolha do lixo, o Sr. Vereador Carlos Pereira informa que é natural que possa eventualmente ter havido um contratempo e que quando isso acontece a volta da recolha do lixo é retomada no dia seguinte no local onde terminou no dia anterior.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que crê que os planos de segurança das piscinas estão definidos e estão a ser cumpridos, assim como os de outros locais.

Tal como tem sido sempre feito, irão ser contratados recursos humanos na área dos socorros a náufragos.

Quer na Piscina Interior quer na Exterior, informa que os meninos do CAT têm tido sempre que solicitado acesso livre a estas instalações.

Quanto ao Duatlo, tem alguma dificuldade em compreender esta intervenção uma vez que considera que foi claro na ultima reunião, onde informou que continua a existir interesse na realização desta prova.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar considera que efetivamente já foi adiantado alguma coisa que ainda não tinha sido.

Questiona quando será feita a intervenção.

Quanto às avaliações, afirma que o Sr. Presidente quando faz a homologação das avaliação acredita que as mesmas estão corretas e refletem a avaliação do funcionário.

Relativamente à entrevista ao Publico, espera que corra bem e que a mesma seja favorável aos agentes do concelho.

O Sr. Vereador Francisco Cunha refere que fala do que sente e que tem a sua forma de falar das

coisas. Considera que o Sr. Presidente foi inteligente na forma como fugiu às questões, considera que falou de ilegalidades, irregularidades, favorecimentos, ocultação de informação, incompetência e laxismo.

Considera que a sua função é apresentar propostas, questionar e fiscalizar o executivo. E que o executivo esconde muitas coisas à População.

Considera que a população precisa de saber a verdade e que foi eleito para mostrar essa verdade.

Após um pequeno intervalo, retoma-se a sessão dando início ao período da ordem do dia,

ORDEM DO DIA:

1 - STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Resolução sobre o Horário de Trabalho, Reposição dos Cortes e Aumento dos Salários, Redução dos Impostos.

Tomado conhecimento

2. STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Manifesto sobre a Defesa das Funções Sociais do Estado.

Tomado conhecimento

3. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – Informação interna n.º 8/CP/2015 - Relação de todas as adjudicações efetuadas ao abrigo do parecer genérico de 25/10/2013, Período de 01/05/2015 a 31/05/2015.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona que móveis incluídos na relação foram alvo de reparações e qual a relação com o ajuste direto de aluguer da viatura de RSU.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que os móveis são a niveladora e os dois carros do Lixo e que estão diretamente ligados com o aluguer da viatura de RSU.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar informa que e fez a mesma pergunta, e foi-lhe respondido que tinha havido uma avaria, como tal questiona se afinal não existe a necessidade de adquirir uma nova viatura para recolha do Lixo.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que foi uma coincidência que nestes dois meses houve a necessidade de alugar uma viatura de RSU para assegurar os serviços.

Tomado Conhecimento

4. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - Proposta n.º 20/2015 do Sr. Vereador João Pedro Arraiolos - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo Para Renovação de Contrato de Aquisição de Serviços de Promotor Cultural, na Modalidade de Avença, e Respetiva Autorização para assumir o Compromisso Plurianual.

Aprovado por maioria a Emissão do Parecer Prévio Vinculativo favorável e a autorização dos Pagamentos Plurianuais a com abstenção dos Sr.s Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.

Declaração de Voto:

Sr. Vereador Pedro Gaspar – prende-se com um principio que defende e que não advoga o Regime de recibos Verdes para os contratos de trabalhos continuados, pois configuram uma situação de precariedade laboral.

5. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - Proposta n.º 21/2015 do Sr. Vereador João Pedro Arraiolos - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo Para Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância Diária Humana na Casa Museu dos Patudos, no período compreendido entre as 18h e as 9h do dia seguinte, pelo período de 2 anos, e Respetiva Autorização para assumir o Compromisso Plurianual.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona se com o pedido de parecer prévio se nos estamos a comprometer com empresa e com quem nos estamos a comprometer.

O Sr. Vereador João Arraiolos informa que este é um processo de concurso que estamos a desenvolver e que não está concluído.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona se a aprovação não será um cheque em branco para o Executivo contratar quem quiser.

O Sr. Vereador João Arraiolos esclarece que se tratar de um ajuste direto com convite a três entidades, e que serão analisadas as três propostas.

Aprovado por maioria a Emissão do Parecer Prévio Vinculativo favorável e a autorização dos Pagamentos Plurianuais a com abstenção do Sr Vereador Francisco Cunha.

6. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - Proposta n.º 22/2015 do Sr. Vereador João Pedro Arraiolos - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo Para Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de consultoria na área do ambiente e Gestão de Riscos (Naturais, mistos e Tecnológicos), pelo período de 2 anos, em Regime de Avença, e Respetiva Autorização para assumir o Compromisso Plurianual.

Aprovado por Unanimidade a Emissão do Parecer Prévio Vinculativo favorável e a autorização dos Pagamentos Plurianuais.

7. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – Proposta Sr. Presidente

Proposta de aprovação do início do procedimento de revisão do “Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Alpiarça” e, até à conclusão do referido procedimento, determinar a

manutenção em vigor da atual redação e demais despachos proferidos nesta matéria.

Remeter à Assembleia Municipal

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona o porquê de se manter o regulamento em vigor, quando existe a intenção de fazer outro.

O Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona se o diploma tem algum período de carência, para a publicação destes documentos.

O Sr. Presidente esclarece que a proposta está enquadrada juridicamente, em que se considera que o Município deve clarificar se deve manter os horários que estão em vigor.

Aprovado por maioria com os votos contra dos Sr. Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha

Declarações de Voto:

O Sr. Vereador Francisco Cunha - votou contra porque a lei diz que esta revisão deveria ter sido feita até ao dia 16 de Maio, e como tal estamos a votar uma ilegalidade

Sr. Vereador Pedro Gaspar – Votou contra pois considera que podemos estar a ferir a legislação nacional e a prolongar um regulamento que a esta data 8 de junho já não está em conformidade com a lei vigente.

Sr. Presidente – Votou a favor na perspectiva de que ela possa vir a ser aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal de forma a cumprindo a lei, a ajustar o Regulamento Municipal vigente no Município de Alpiarça às novas disposições legais sem que até lá possam existir interpretações dúbias dos períodos de funcionamento e dos limites ao ruído nos estabelecimentos de restauração e bebidas no Concelho.

8. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – Proposta n.º 2/2015 Sr. Vereador Carlos Jorge Pereira

Proposta de Normas para o VI Festival do Melão a realizar nos dias 24 a 26 de Julho de 2015.

Sr. Vereador Pedro Gaspar questiona sobre os prazos de inscrição e de atribuição de espaços. Questiona também se está prevista a existência de socorros a Náufragos durante o período do certame.

E se continuará a existir a separação entre os expositores e os produtores de melão.

Presume ainda que a grande distribuição e as grandes superfícies não sabem que vamos ter um Festival do Melão.

O Sr. Vereador Francisco Cunha questiona quais os custos associados aos espaços.

O Sr. Vereador Carlos Pereira informa que no Festival do Melão não há cobrança de espaços, nas inscrições é dada prioridade a pessoas de Alpiarça.

Quanto aos socorros a náufragos serão os Bombeiros a assegurar essa situação.

Quanto às datas informa que as inscrições serão abertas no dia 09 e decorrerão até ao dia 26.

Relativamente à envolvimento dos produtores, informa que foram construídas bancas para os produtores venderem os seus produtos no interior do recinto.

O Sr. Vereador Francisco Cunha lamenta que tenha acabado a Feira do Vinho, mas afirma que o melão é uma fruta que lhe é cara. Foi a todas as Feiras do Melão e conta ir também em 2015.

Aprovado por Unanimidade

9. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA – Informação n.º 8/2015 - Gabinete Educação

Plano de Transportes Escolares ano letivo 2015/2016

O Vereador Francisco Cunha questiona quantos alunos foram transportados no ano passado.

Sr. Presidente não tendo de momento acesso a esses dados, trará a informação na próxima reunião.

Aprovado por Unanimidade.

10. Licença especial de ruído para o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça, para um evento a realizar no Parque de estacionamento do Centro de Saúde de Alpiarça entre os dias 5 a 7 de Junho de 2015, no horário compreendido entre as 21h30 e as 2h.

Solicitam a isenção do pagamento da Taxa, por serem uma Associação sem fins lucrativos.

Requerente: Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça

Aprovado por maioria a ratificação com a abstenção dos Sr.s Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.

11. Licença especial de ruído para o “C.C.B.R – Centro Cultural Bruno Ramiro”, para o evento “Vamos Ajudar o Cinema em Alpiarça”, em parceria com a Câmara, a realizar no Pavilhão de Espetáculos da Alpiagra, no dia 14 de Junho de 2015, no horário compreendido entre as 8h e as 23h. Solicita isenção do pagamento da Taxa

Aprovado por unanimidade.

PERÍODO DO PÚBLICO

O Munícipe João Paulo Cordeiro Leal, pede a palavra para interpelar o Executivo, relativamente às suas funções enquanto funcionário e apresenta o seu percurso de trabalho e o processo de pedido de mobilidade inter carreiras.

Informa que iniciou funções no Município em 1994 através de gratificações, tendo assinado contrato já em 1997. Desde então tem exercido funções nos OTL's, como designer gráfico, em sonorizações, montagens e desmontagens de eventos, organização e apoio de atividades municipais de diversas naturezas.

Informa ainda nos últimos 10 anos assumiu a responsabilidade dos serviços de informática do Município, situação que lhe permitiu conhecer como ninguém o modo de funcionamento dos serviços assim como das pessoas que ali trabalham.

Apresentou propostas e discutiu opiniões, coisa que hoje em dia não considera possível.

Afirma que o seu processo de mobilidade inter carreiras iniciou em 7 de novembro de 2013, e apresenta de forma cronológica todos os pedidos e requerimentos apresentados, assim como as respostas obtidas.

A 1 de junho de 2015 é apresentado um novo funcionário que através de mobilidade interna iniciou as funções de responsável de informática do Município, fato que considera injusto, pois o Município não tinha aceite suportar 400€ de acréscimo no seu vencimento e que agora vai suportar 1500€ com o vencimento deste novo funcionário.

Afirma que foi acusado de usurpar horas extraordinárias e de ser incompetente. Considera incompreensível que alguém que se diz defensor dos trabalhadores não reconheça a formação e valorização dos funcionários, considera ainda que os colegas parecem mortos vivos dentro dos edifícios Municipais pois não contam as suas ideias e ambições.

Considera ainda que a câmara não é gerida pelo valor do mérito, mas sim por interesses antagónicos e mesquinhos. Afirma que decidiu fazer esta intervenção pois queria confrontar olhos nos olhos, aqueles que considera mesquinhos, que colocaram o orgulho pessoal à frente da sua legítima pretensão enquanto funcionário, pessoas com mau carácter, com falta de formação pessoal e que se escondem atrás do coletivo, esquecendo-se que são representantes de Alpiarça e não os donos de Alpiarça.

O Município Eduardo Costa, intervém para recordar que alertou que a Nersant enviou um ofício para todas as câmaras para quem quiser participar no Viver o Tejo, ofício que não teve resposta.

Intervém ainda para informar novos dados sobre as tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos. Recorda que o Sr. Presidente falou que o tarifário não cobre os custos. E informa que a Ecoléziria cobra 40€ por tonelada de resíduos à Câmara de Alpiarça, enquanto a Resitejo cobra 32€ e a Valorsul 25€, o por isso temos uma taxa cega que cobra valores iguais para todos sejam ricos ou pobres.

Considera a taxa de RSU injusta e indiscriminada e considera que tem dados suficientes que lhe permitem concluir que os tarifários cobrem perfeitamente os custos e gostaria que o Sr. Presidente revisse essas taxas.

Sr. Presidente esclarece algumas questões colocadas pelo Município Eduardo Costa e considera que o Município está a confundir alguns valores e pede que lhe faça chegar a sua análise para que possa

avaliar .

Quanto ao Funcionário João Paulo Leal, informa que existem vários níveis de registo na exposição apresentada sendo um deles uma apreciação mais política e outra ligada a questões laborais. O Sr. Presidente informa que não pode tecer comentários por respeito ao funcionário, que agora sabe que não recíproco e informa que enquanto responsável político e dos serviços irá verificar os factos que têm relevância em termos disciplinares e atuar em conformidade.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e quarenta e quatro minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, para efeitos de execução imediata.

E eu, Dora João Duarte Cardoso Batista, a exercer funções de Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, servindo de Secretária, a redigi e assino.